

# Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate

*Ilse Scherer-Warren\**

*Lígia H. H. Lüchmann\**

## Introdução

Este artigo visa a introduzir o presente Dossiê que disponibiliza os textos resultantes das palestras, seja em forma de Conferências ou de Mesas-redondas, proferidas no I Seminário Internacional e III Seminário Nacional “Movimentos sociais, participação e democracia” realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em agosto de 2010.

O evento contou com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, reunindo um amplo conjunto de trabalhos e reflexões sobre o tema dos movimentos sociais, do associativismo civil e da participação, em diferentes escalas e contextos e sob variados enfoques teóricos e empíricos, constituindo-se não apenas em um momento rico de troca de conhecimentos e reflexões, como de ampliação e de fortalecimento das redes e relações entre pesquisadores dedicados em estudar os movimentos sociais e as novas configurações da sociedade civil em suas relações com outros atores sociais e político-institucionais.

Tendo em vista publicizar na íntegra o conjunto de trabalhos apresentados, o NPMS está disponibilizando ao público não apenas este dossiê, como todos os textos que foram apresentados nos diferentes Grupos de Trabalho do Seminário nos “Anais do III

---

\* Professoras do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e, respectivamente, Coordenadora e Vice-Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS.

Seminário Nacional/I Seminário Internacional” pelo acesso: <http://seminarionpms2010.blogspot.com/>.

A organização deste dossiê expressa a proposta de internacionalização do Seminário e apresenta os artigos de Sidney Tarrow (EUA); Fernando Calderón (Argentina); Fabio Velásquez (Colômbia); Margarita López Maya (Venezuela); Paulo Henrique Martins (Brasil); Nilma Gomes (Brasil); e Maria da Glória Gohn (Brasil). Em formato de textos-comentários, apresentamos também os artigos de Breno Bringel (Espanha) e Carlos Gadea (Brasil).

Os dois primeiros artigos referem-se às duas conferências magistrais: a primeira, proferida por Sidney Tarrow, insere-se no contexto do debate internacional sobre os movimentos sociais, debate que segue no texto-comentário de Breno Bringel ao questionar sobre “a recepção das teorias norte-americanas sobre a ação coletiva e os movimentos sociais no Brasil”. A segunda conferência, proferida por Fernando Calderón, está situada no contexto do debate latino-americano sobre os movimentos sociais e a democracia, tema que também se prolongou a partir dos comentários de Carlos Gadea ao dialogar sobre os nexos e as diferenças entre os “novos movimentos sociais”, conforme abordado pelo conferencista, e as tendências de mudanças socioculturais que colocam a autonomia individual no eixo das expectativas em muitos dos movimentos contemporâneos<sup>1</sup>.

A seguir, comentaremos alguns aspectos dos textos das Mesas Redondas publicados neste dossiê, buscando construir nexos interpretativos entre as contribuições dos textos às temáticas propostas.

## 1. Movimentos sociais e estudos pós-coloniais

A Mesa Redonda “Movimentos sociais e estudos pós-coloniais” resultou em três artigos de referência neste debate, quais sejam: “*La crítica anti-utilitarista en el Norte y su importancia para el avance del pensamiento poscolonial en las sociedades del Sur*”, de Paulo Henrique Martins; “*Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos*

---

1 Não comentaremos as duas conferências na medida em que esse papel foi desempenhado de forma muito instigante pelos comentaristas convidados, conforme publicado neste Dossiê.

*sociais e as novas geografias pós-coloniais*” de Breno Bringel<sup>2</sup>; e *“O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes”* de Nilma Lino Gomes.

No seu artigo, Paulo Henrique Martins propõe um diálogo original, interessante e de complementariedade entre a abordagem anti-utilitarista e os estudos pós-coloniais. Gostaríamos de destacar e refletir sobre algumas das contribuições, sem dúvida, inovadoras de seu debate. O autor nos fala de dois giros epistemológicos: um desde o Norte do Planeta Terra – a crítica anti-utilitarista – que questiona a simplificação do modelo mercantilista da realidade e que tem sido o suporte da ideologia ou moral capitalista e neoliberal; o outro desde o Sul – a crítica pós-colonial – que reage contra a subalternidade hierárquica, especialmente dos povos originários ou frutos das políticas escravocráticas. Em contraposição a Mignolo (2008) que propôs uma “desobediência radical do Sul em relação à tradição eurocêntrica”, Martins nos desafia a um diálogo entre a produção científica do Norte e do Sul, no que denomina de “uma sociologia crítica de fronteiras” que derrube os muros de territorialização do conhecimento e que busque entender as interfaces entre a produção das desigualdades e das subalternidades e das diferenças.

Interessa-nos aqui perguntar: que implicações esse giro epistemológico traria para se pensar os movimentos sociais? Consideramos que essa abordagem poderá contribuir para um enfoque descolonizador dos movimentos na medida em que: a) estiver atenta aos protestos e ações coletivas por melhores condições materiais de existência e qualidade de vida, pautadas em valores solidarísticos (p. ex., como vem ocorrendo nos movimentos da economia solidária, movimento por uma justiça global, nas experiências de democracia participativa e em muitas outras experiências de ações coletivas latino-americanas); b) contemplar, nas análises, as lutas pelo respeito, visibilidade e reconhecimento das diferenças culturais, regionais,

---

2 O texto de Bringel redigido para a Mesa 1 será comentado nesta apresentação mas não está publicado no presente Dossiê, estando disponível na *Revista Estudos de Sociologia: Descolonialidade e novos giros epistemológicos*, Número Especial: PPGS – ALAS, Segundo semestre de 2010, Número organizado por Paulo Henrique Martins e Ilse Scherer-Warren.

étnicas, de gênero etc., e por demandas por inclusão, participação e representação nos espaços dos bens simbólicos, no poder político, na produção do conhecimento, na informação e comunicação, buscando o significado destes espaços a partir de valores emergentes, antidiscriminatórios, antirracistas, anti-homofóbicos etc., situação para a qual o trabalho de tradução e a mediação intelectual de uma episteme anti-utilitarista e pós-colonial integrada seria de grande relevância.<sup>3</sup> Nessa direção, Martins reconhece que um trabalho intelectual de fronteiras terá que desconstruir o pensamento hegemônico e eurocêntrico portadores de mitos da colonização e da universalidade dos chamados “valores e direitos universais”; e deverá construir uma nova leitura do processo de dominação colonial, de seu desdobramento no Sul e tratar da dificuldade de inserção e de reconhecimento dos povos colonizados e subalternos em nosso mundo globalizado. Além disso, entende que a crítica à filosofia moral utilitarista, baseada na exploração e no consumo ilimitado, deverá se dirigir para uma crítica que seja simultaneamente anti-utilitarista e pós-colonial, buscando compreender a força dos laços sociais e das redes sociais e culturais que propõem um diálogo transcultural. O mediador teria o papel de traduzir os saberes e as vozes e articular as experiências oriundas dos diversos lugares: locais, nacionais e internacionais; presenciais e virtuais (tema que será aprofundado por Gomes).

Consideramos que nesse ponto, particularmente, o diálogo entre os estudos pós-coloniais do Sul e a análise da diáspora mais desenvolvida a partir do Norte traz ganhos relevantes, tanto para a construção do conhecimento, como para a produção de reflexões e de um trabalho de desconstrução dos mitos colonizadores, trabalho este a ser estendido pela mediação junto aos movimentos sociais. Isto porque no mundo globalizado grande parte dos movimentos sociais do Sul já se encontra politicamente num processo de desterritorialização, atuando por meio de redes transnacionais e, às vezes, tendo maior afinidade e diálogo com a intelectualidade do Norte do que com a do Sul colonizada, conforme a avaliação de

---

3 Esse é um ponto na análise de Martins que permite um diálogo com os textos de Bringel e Gomes.

um líder indígena boliviano<sup>4</sup>. Por sua vez, no Norte, os processos migratórios de populações oriundas do Sul, e que vêm provocando uma cultura diaspórica significativa, também têm provocado movimentos sociais reativos às suas condições de subalternidade. Nesta direção, o trabalho intelectual de mediação na perspectiva de “uma sociologia crítica de fronteiras” poderá se valer de conhecimentos produzidos pelos estudos pós-colônias desde o Sul, para um melhor entendimento das heranças de subjugação cultural, política e econômica desses povos, fruto dos processos migratórios do Sul para o Norte do Planeta Terra.

Breno Bringel<sup>5</sup> busca construir uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais que contemple o debate pós-colonial e da descolonização. Avança na defesa de uma perspectiva analítica aberta não só ao diálogo multidisciplinar, mas também ao diálogo de uma ciência social crítica Norte-Sul. A partir dessa revisão crítica, insere-se no debate sobre o trabalho intelectual da mediação e da tradução, especialmente necessário no mundo globalizado e onde os movimentos sociais atuam em redes translocais e transnacionais. Muito apropriadamente, Bringel nos lembra de que não se trata apenas de reproduzir as falas ou vozes dos atores e movimentos, mas sim de trabalhar para a produção de um conhecimento crítico e renovado, considerando a complexidade do mundo contemporâneo, onde as redes de movimentos sociais “transitam entre vários mundos”. O autor propõe, para uma abordagem pós-colonial e para um projeto emancipatório de descolonização, a necessidade de diálogos multidisciplinares horizontais sobre as múltiplas diversidades mundiais (Norte e Sul) e sobre a inserção dos movimentos sociais em diferentes “lugares, espaços e temporalidades”. Para o autor, o espaço não é apenas um contexto de localização da ação coletiva, mas sim um campo de luta, onde há a criação de novas territorialidades e relações de poder. Gostaríamos, neste ponto, de lembrar que, em países pós-coloniais como o Brasil, os movimentos

4 Vide detalhes em Ilse Scherer-Warren, Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina, na Revista Ciências Sociais Unisinos, 46 (1):17-26, janeiro/abril 2010. Acesso: [http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias\\_sociais/issue/view/7](http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/issue/view/7).

5 Vide nota 3.

sociais contemporâneos mais atuantes têm se originado devido a disputas espaciais, tais como as que:

...referem-se a lutas entre grupos que defendem o domínio, controle e manutenção de amplos espaços privatizados (como a dos ruralistas/UDR, dos latifúndios, do agro-negócio, do setor imobiliário, das grandes corporações, etc.) versus grupos que buscam a conquista, legalização e preservação de espaços com função social de atendimento a populações historicamente em situação de exclusão social (como as dos sem-terra, dos quilombolas, dos indígenas, das populações tradicionais, das mulheres camponesas, dos atingidos por barragens, dos favelados, das novas periferias urbanas e outros. (SCHERER-WARREN, 2009).

A seguir, Bringel acrescenta que o desafio teórico a ser enfrentado para a análise do novo ativismo transnacional é o de buscar as interações entre espacialidade e tradução. Aproxima-se da perspectiva de Martins quando coloca que “um dos fins da tradução é a conexão Norte-Sul a partir do possível potencial descolonizador que este mecanismo pode ter”. É particularmente inovadora a sua noção de “ativista diaspórico”, referida a uma “identidade diaspórica” (cf. HALL, 1990) dos sujeitos que “se movem entre dois ou mais mundos, com duas ou mais línguas, com múltiplas referências, *pessoas que já não tem raízes, mas sim rotas*”. Estes serão os sujeitos privilegiados para uma “convergência ativista em redes policêntricas” e de “potenciais tradutores que conectam as diferentes realidades a partir de variados olhares”. A partir dessa noção, pode-se estabelecer uma analogia com resultados obtidos sobre os processos migratórios no Brasil que frequentemente refletem deslocamentos com proporções continentais. Tomamos como exemplos as redes que se formam entre grupos populacionais de migrantes oriundos de vários aglomerados de exclusão, seja do espaço rural ou da periferia urbana. Estas populações circulam de uma região a outra, numa constante dispersão espacial e cultural na busca de alternativas de sobrevivência face as suas condições de sem-terra e sem-teto, caracterizando-se por uma espécie de vivência da diáspora, ainda que aqui dentro das fronteiras do Estado-nação, conforme observado em nossas pesquisas:

Será através de suas participações nas lutas pela terra e pela moradia, que estas populações se transformam em sujeitos que lutam por direitos e em atores politicamente ativos nas redes de movimento. É nesta condição que realizam a passagem atópica dos aglomerados de exclusão para o sonho utópico nos novos territórios-zona (como nos novos assentamentos ou já nos lugares fixos de moradia) e onde constroem sentimento de pertencimento e reconhecimento enquanto cidadão e sujeito coletivo nos territórios-redes, através de sua participação nas redes de movimentos de referência (SCHERER-WARREN, 2009).

Esses sujeitos das lutas espaciais, culturais e pela cidadania têm sido cada vez mais parte de um ativismo transnacional em rede. Concordamos com os expositores de que devemos estar atentos a esse novo ativismo, fazendo avançar uma perspectiva descolonizadora e estabelecer um diálogo construtivo entre as perspectivas geográficas, sociológicas, antropológicas e de outras ciências sociais, que permitam compreender os recentes processos de (re) territorialização de espaços segregados e em conflito nos países latino-americanos; e, assim, estabelecer um diálogo entre os sujeitos produtores dos novos saberes com os ativistas dos movimentos sociais. Isso nos remete ao terceiro texto dessa mesa.

Nilma Gomes irá explicitar e detalhar muitos aspectos históricos e empíricos relevantes para a realização desse “giro epistemológico” sugerido por Martins e Bringel. Trará também elementos de sua experiência como pedagoga e como pesquisadora do movimento negro brasileiro e dos processos de implementação de ações afirmativas étnico-raciais no Brasil, problemáticas sobre as quais buscaremos refletir aqui.

A autora ressalta a necessidade de uma crítica radical à forma como conhecimento e saberes têm sido interpretados pela ciência moderna. Apoiando-se em Boaventura de Sousa Santos (2004), nos fala da necessidade de se desenvolver: a) uma sociologia das ausências, a fim de dar existência ao até agora “não-existente” no trabalho hegemônico da academia, e tentar compreender os saberes e as lógicas produzidos pelos movimentos sociais, pela comunidade negra e pelo movimento negro; b) uma sociologia das emergências, que busca a consciência e o inconformismo dos sujeitos e movimentos críticos face a um horizonte de possibilidades emancipatórias.

Nesse contexto, Gomes analisa as ações afirmativas como possibilidade e projeto de transformações no campo da educação no país, tanto no plano dos saberes quanto como direito social fundamental e segundo o qual a cidadania deve seja pensada a partir de uma igualdade que respeite a todos na sua diversidade.

Sobre o trabalho de tradução, o qual foi também desenvolvido nos textos de Martins e Bringel, Nilma Gomes analisa as experiências empíricas da qual tem participado, sublinhando que o objetivo da “tradução” é colocar em diálogo os sujeitos produtores de diferentes saberes. Por isso, a tradução deve implicar os sujeitos dos movimentos sociais, ou seja, os ativistas, juntamente com os acadêmicos. O desafio é entender não só os pontos comuns das lutas dos diferentes movimentos sociais, mas também conhecer se, no contexto das lutas e dos discursos desses movimentos, existe uma gramática comum. Por exemplo, nem sempre o que o movimento negro entende por democracia e nem sempre sua luta pela democracia tem o mesmo sentido para diferentes movimentos, como os LGBTQs, os camponeses, os indígenas etc., momento em que o trabalho intelectual da “tradução” pode estabelecer o diálogo necessário.

Consideramos que as ações afirmativas, especialmente no ensino e na pesquisa, por meio de cotas sociais, raciais e étnicas nas universidades, poderão contribuir para a construção desse diálogo. Nessa direção, Gomes conclui que as ações afirmativas devem ser compreendidas não só como movimento de luta política pela correção das desigualdades raciais, mas também como resultante de um outro modelo de racionalidade e de saberes emancipatórios produzidos pelo Movimento Negro ao longo dos tempos. A autora destaca, nesse modelo, os saberes políticos, identitários e estéticos (corpóreos). Sobre os “saberes políticos”, ressalta que, na medida em que as ações afirmativas trazem para a universidade os temas da diversidade, da desigualdade racial, da cultura política e das relações de poder, poderão contribuir para mudanças epistemológicas no campo do conhecimento científico. Acrescentamos à sua análise a importância do trabalho de mediação e de tradução entre o conhecimento universitário e os saberes advindos dos movimentos sociais, incidindo na desconstrução de racionalidades hegemônicas e na construção de novos saberes emancipatórios mais abrangentes.

Sobre os “saberes identitários”, a autora percebe como as ações afirmativas recolocaram o debate sobre “raça” no Brasil, desconstruindo - pelos movimentos e por parte da academia - o “mito da democracia racial”. Gostaríamos de lembrar que tem sido em torno do debate sobre “raça” que o conflito se estabeleceu de forma mais intensa no interior da universidade e da sociedade civil e política. Há um relativo consenso sobre a inexistência de “raças” no sentido biológico, mas não sobre a questão racial, a qual surge nas relações sociais enquanto signo (cf. SEGATO, 2005) determinado por características físicas, cor da pele e tipo de cabelo, produzindo, nos planos político e simbólico, o racismo e outras discriminações provenientes de identidades diferenciadas. Nessa direção, um trabalho dialógico de mediação “entre os saberes”, que contemple um “giro epistemológico anti-utilitarista e pós-colonial” poderá vir a desenvolver re-significações necessárias para novos modelos de conhecimento. Sobre os “saberes estéticos”, a autora destaca que os jovens negros participantes de processos de ação afirmativa, ao trabalharem sua identidade de negro (podemos acrescentar, nos planos simbólicos e políticos), desenvolvem melhores condições de rever os padrões hegemônicos de estética em nosso país e restabelecer uma nova relação com sua corporeidade.

## 2. Participação institucional: experiências internacionais

A Mesa Redonda “Participação institucional: experiências internacionais” também resultou em três textos voltados para a compreensão de processos que envolvem os atores sociais em dinâmicas político-institucionais. Os artigos são: *“La institucionalización de la participación en Colombia. Notas para su interpretación”*, de Fabio Velásquez; *“Los consejos comunales en Caracas vistos por sus participantes: una exploración”*, de Margarita López Maya; e *“Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina”*, de Maria da Glória Gohn. No seu conjunto, estes artigos conformam um bom retrato do atual contexto de participação institucional dos países latino americanos, por meio de análises que, ao se debruçarem sobre diferentes países da região (Colômbia, Venezuela e Brasil), testemunham importantes alterações nas relações entre Estado e sociedade.

No caso da Colômbia, Velásquez ressalta que a criação e a multiplicação de espaços participativos no decorrer dos últimos 25 anos desenhou uma “amplia ‘infraestructura’ de la participación que hoy forma parte de la compleja trama de relaciones entre el Estado y la sociedad en Colombia”. Entre os espaços de participação criados neste período, o autor aponta as Juntas Administradoras Locales; os Servicios Públicos Domiciliarios; os espaços da área da Saúde; da Educação; de Controle Social; de Planejamento; e de Populações.

No caso da Venezuela, Margarita Maya destaca a criação dos Conselhos Comunais (totalizando mais de 36.000 Conselhos em todo o país) a partir de 2006 com a *Ley de los Consejos Comunales*, que os define como sendo “instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de una sociedad de equidad y justicia social” (artículo 2).

Para o caso brasileiro, Gohn aponta para a diversidade de instâncias institucionais de participação, como os Conselhos Gestores, os Orçamentos Participativos e as Conferências Nacionais, entre tantos outros espaços e atores envolvidos com dinâmicas de participação, seja na elaboração, na fiscalização e/ou na execução de políticas públicas.

Mesmo em se considerando os diferentes cenários e as diferentes perspectivas e recortes analíticos destes três artigos, algumas questões sobressaem neste debate sobre a participação, com destaque aqui para: 1. Os processos e mudanças no cenário da participação e suas relações com o sistema político; 2. Os problemas e os ganhos da participação institucional.

Todos os três artigos apontam alterações importantes nas dinâmicas participativas nos respectivos países. No caso da Colômbia, Velásquez, ao contextualizar o processo de institucionalização da participação no país enquanto “válvula de escape” para as crescentes tensões sociais e políticas resultantes de problemas sociais, dos conflitos armados e dos desgastes do modelo de representação política, analisa o processo de crescimento e de declínio desta “infraestructura participativa”. De acordo com o autor, se durante os anos de 1980

e 1990 os atores sociais viam a participação como possibilidade efetiva de exercer influência e poder político, sendo vista, inclusive como mecanismo substitutivo da representação política, nos anos mais recentes “los espacios de participación ciudadana pierden peso en las prácticas participativas de la población y ésta comienza a buscar otros canales de interlocución con las autoridades públicas, especialmente en el nivel local”.

Assim como nos outros países, a nova Constituição de 1991 foi, no caso da Colômbia, fator central na criação de “un ambiente favorable para la participación ciudadana, no sólo porque multiplicaron de manera significativa los espacios de intervención ciudadana, sino porque prefiguraron un nuevo imaginario político inspirado en las ideas de democracia participativa, garantía de derechos fundamentales, descentralización del poder, autonomía de las regiones y reconocimiento a la diversidad socio-cultural de la nación”. Por outro lado, com a chegada ao poder central de forças autoritárias, o modelo de participação sofre importante revés por meio “del debilitamiento de la autonomía de las entidades territoriales a través de la concentración de competencias y recursos en manos del gobierno central”. O controle do governo central vai debilitando as instâncias de participação, crescentemente substituídas por modalidades de relação direta entre o presidente e a população, registrando um modelo de “discrecionalidad, que relaciona a la autoridad pública con la ciudadanía a través de una relación personal, no institucional, en la que la primera concentra el poder de decisión y la segunda deviene un actor dependiente de las decisiones políticas, sin capacidad de incidir en ellas, más allá de lo que puede hacerse a través del diálogo directo”. Ademais, o autor destaca a crescente presença dos atores armados nas gestões municipais do país, contribuindo para um processo que aponta deslocamentos e “el regreso a formas de movilización social y de interacción con las autoridades públicas, que eran características de las relaciones entre Estado y sociedad en Colombia hace tres o cuatro décadas”.

No caso da Venezuela, Maya analisa como, impulsionados pelo governo de Hugo Chavez e seguindo a orientação da Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999, os Conselhos Comunais (CC) se transformaram no principal espaço de participação

institucional daquele país, seguindo uma trajetória que, tendo início em 1999, culmina com a *Ley Orgánica de los Consejos Comunales* de 2006 que altera substancialmente o status deste modelo de participação: “en vez de articularse a la instancia municipal, se establece una relación directa entre los CC y el Presidente de la República a través de la Comisiones Presidenciales del Poder Popular en sus distintos niveles (Art.15, 20, 21, 27, 30 y disposición transitoria)”.

Observa-se um processo de crescente instrumentalização destes espaços por parte do governo central, constituindo-se, os Conselhos, em espaços de controle político do Estado sobre a sociedade: “los CC se han transformado en instancias cuasi-estatales para la planificación y gestión pública, así como potenciales unidades socio-productivas y apoyos a la Milicia Bolivariana (componente militar no profesional que defiende la *soberanía*). Ellos y las comunas, que se institucionalizan en una Ley de Comunas actualmente en la AN para su aprobación, tienen prioridad sobre municipios y entidades federales para serles transferidos servicios públicos (Ley Orgánica del Consejo Federal de Gobierno, 2010)”. Assim, os Conselhos Comunais têm se convertido em estratégia de debilitamento dos governos sub-nacionais eleitos em sufrágio universal, “abonando el camino para la consolidación de un Estado *socialista* centralizado y de rasgos autoritarios”.

Como atestado pelo exemplo da Colômbia, percebe-se aqui também um impacto direto dos agentes políticos sobre as dinâmicas de participação. Nesta perspectiva, parece bastante pertinente o resgate do conceito de “estruturas de oportunidades políticas” (TARROW, 1999) para se pensar a participação política (LÜCHMANN & BORBA, 2007) nestes diferentes contextos nacionais. De forma mais ou menos direta, e seguindo orientação de diferentes projetos políticos (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006) a participação – seu fortalecimento ou enfraquecimento – depende da configuração dos atores e dos sistemas político-institucionais. Assim, se nos casos da Colômbia e da Venezuela a atuação dos dirigentes políticos tende a seguir um projeto autoritário, debilitando as instâncias representativas regionais e locais, no Brasil, as mudanças nos padrões de participação vêm apontando para a diversificação e a ampliação de espaços participativos, como as inúmeras Conferências Nacionais, amplamente apoiadas pelo governo federal.

Gohn estabelece uma divisão do processo participativo no país em dois momentos. O primeiro momento (década de 1990) é resultante de uma trajetória de lutas sociais tendo em vista a implementação das conquistas constitucionais, com destaque à institucionalização dos Conselhos Gestores. Os anos 2000 inauguram um segundo momento que, para a autora, representa a “ampliação das formas de gestão deliberativas, criando inúmeras inovações no campo da participação popular democrática, como a participação via eletrônica; assim como construiu e/ou redesenhou o formato de várias políticas sociais tais como a generalização do uso das conferências nacionais”. A resultante geral desse processo, de acordo a autora, desenha um quadro no qual as dinâmicas institucionais se ampliam e se complexificam de forma contraditória: sinalizam para inovações nos espaços democráticos ao mesmo tempo em que, entre outros, fragmentam políticas, práticas e identidades sociais.

Esta fragmentação é um dos elementos centrais do segundo aspecto a ser aqui mencionado, qual seja, o dos problemas e dos ganhos da participação institucional. Assim como encontrado no caso brasileiro e ressaltado por Gohn, o estudo do caso colombiano mostra a debilidade dada pela desconexão entre os diferentes espaços de participação, que seguem lógicas próprias (setoriais, territoriais e populacionais) “sin la posibilidad de poner en marcha dinámicas orgánicas que los conecten entre sí y vuelvan mucho más eficiente y de mayor impacto el ejercicio participativo”. Ademais, esta segmentação, também apontada nas experiências dos outros países, estimula comportamentos de caráter corporativo de defesa de interesses e de competição por recursos escassos, reduzindo “significativamente el sentido del bien común”.

Além da fragmentação, destaca-se a burocratização dos espaços de participação, o distanciamento dos representantes daqueles que dizem representar, a apatia política, a cultura clientelista e a difícil articulação entre “las motivaciones utilitarias de los sujetos y el logro el bien común” (VELÁSQUEZ). De acordo com Maya, “desde una cultura política fuertemente clientelar, como es la que ha caracterizado a la venezolana, y teniendo los habitantes de los barrios populares tantas necesidades insatisfechas, el interés personal sin duda priva en muchas oportunidades”. No caso brasileiro, Gohn

assinala o problema da reconfiguração nos perfis de várias lideranças sociais que, articuladas a políticos locais, assumem o papel de “organizadores da comunidade” reproduzindo, em vários casos, “práticas clientelísticas herdeiras do período populista”.

Assim, se é certo que estamos vivendo um momento de institucionalização da participação, são incertas as promessas e os impactos deste processo para o desenvolvimento democrático das sociedades. As debilidades dadas pelos contextos e pelas estruturas de oportunidades políticas, pelos projetos, pelas tradições e culturas nacionais e locais, pelas desigualdades políticas, econômicas e sociais atravessam as dinâmicas participativas e desorientam qualquer perspectiva linear e progressiva da participação em sua relação com a democracia. Mas, independente das trajetórias tortuosas, os autores apontam para a importância da participação no processo de aprendizado político, na socialização de uma nova linguagem pautada em princípios voltados ao interesse público, na construção de novas práticas de deliberação, na emergência de novas lideranças, enfim, nas potencialidades da participação em promover inclusão e empoderamento dos cidadãos.

## Considerações finais

As análises contidas no presente Dossiê são, certamente, uma contribuição significativa para a compreensão das atuais configurações dos movimentos sociais e das dinâmicas de participação institucional. Mesmo que ancoradas em perguntas e referências teóricas diferenciadas, elas se situam em um campo normativo comum voltado para as lutas e práticas pautadas pelo respeito, pela visibilidade e pelo reconhecimento das diferenças culturais, regionais, étnicas, de gênero, por um lado; e por demandas por inclusão, participação e representação nos espaços de exercício do poder político, por outro, compartilhando, de alguma maneira, a ideia de que a produção do conhecimento deve se constituir em trabalho de tradução e de mediação entre diferentes sujeitos sociais. As experiências concretas desafiam, sempre, a novos deslocamentos e construções analíticas, na constituição de uma dinâmica criativa de condensação e de superação dos conhecimentos e das práticas sociais.

Gostaríamos aqui de expressar nosso agradecimento e reconhecimento a todos que participaram e contribuíram para a realização do referido Seminário, em especial aos autores deste dossiê e aos outros colegas que participaram ativamente, seja como comentadores de mesas, palestrantes, debatedores de GTs e integrantes do Comitê Científico. Uma homenagem especial aos alunos e integrantes do NPMS, sem os quais o Seminário não teria se realizado. Agradecemos, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, ao Departamento de Sociologia e Ciência Política, ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, às Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Extensão da UFSC, ao CNPq e a Capes, cada qual oferecendo suporte, seja financeiro, logístico, material e humano.

## Referências

DAGNINO, E.; OLVERA, A & PANFICHI, A. (Orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo/Campinas: Paz e Terra/ Unicamp, 2006.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

LÜCHMANN, L.H.H.; BORBA, J. **Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes**. 31º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política *In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n.34, 2008.

SANTOS, B.S. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina, **Revista Ciências Sociais Unisinos**, 46, janeiro/abril 2010. Acesso: [http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias\\_sociais/issue/view/7](http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/issue/view/7).

SCHERER-WARREN, I. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface: a journal for and about social movements**, Vol. 1, January 2009.

SEGATO, Rita Laura. **Raça é signo**. (Série Antropologia nº 372). Brasília: UnB, 2005.

TARROW, S. **Power in movement**. Social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.